

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - campus SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH) DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA (DPsi)**

Regiane Fernandes da Silva Almeida

**RELAÇÕES ENTRE REGULAÇÃO EMOCIONAL, *COPING* DIÁDICO E A
QUALIDADE DA RELAÇÃO COPARENTAL**

**RELATIONSHIPS AMONG EMOTIONAL REGULATION, DYADIC COPING AND
THE QUALITY OF THE COPARENTING RELATIONSHIP**

**São Carlos - SP
2024**

Regiane Fernandes da Silva Almeida¹

Relações entre regulação emocional, *coping* diádico e a qualidade da relação coparental

Relationships among emotional regulation, dyadic coping and the quality of the coparenting relationship

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de São
Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham

São Carlos - SP
2024

¹Bolsista FAPESP Processo 2023/07890-3

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Eva e Renê, por sempre acreditaram em mim, por não medirem esforços para proporcionar melhores condições para mim e para os meus irmãos, e pelo apoio diário e incondicional. O amor de vocês foi fundamental nesse processo e sou muito grata por viver esse sonho com vocês.

Agradeço aos meus irmãos, Henrique e Renê Júnior, por todo apoio, paciência, e por cuidarem dos nossos pais na minha ausência. Sou grata por termos um ao outro para o resto da vida, por compartilharmos os medos e os sonhos e por nos apoiarmos. Amo muito vocês.

Aos meus avós, Alzira, Otacílio, Mariana e José, que são exemplos de coragem, sabedoria, e resistência. Suas histórias de vida são inspiradoras e moldaram quem eu sou hoje.

As minhas amigas Bruna, Giovanna, Maria Lucia, Maria Paula e Vivian. Desde que nos mudamos para São Carlos, enfrentamos diversos desafios, porém, permanecemos unidas, nos apoiando e nos fortalecendo. Agradeço por todo amparo, encorajamento e por serem minha rede de apoio.

À minha orientadora, Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham, pela sua dedicação em compartilhar conhecimento e pelo olhar paciente e acolhedor durante toda a jornada de construção deste estudo.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro a esta pesquisa e por contribuir com minha formação profissional.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação como Psicóloga, o meu muito obrigada.

Almeida, R. F. S. (2024). Relações entre regulação emocional, *coping* diádico e a qualidade da relação coparental. (Monografia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 57 pp.

RESUMO

Durante a transição para a parentalidade, dois terços dos casais vivenciam conflitos hostis na relação coparental, com efeitos negativos na relação conjugal, na saúde mental dos pais e no desenvolvimento socioemocional do filho. Habilidades de regulação emocional e de *coping* diádico podem ser importantes nesse contexto, porém é necessário obter evidências a respeito da relação entre esses repertórios e a relação coparental. Nesta pesquisa, o objetivo foi verificar as relações entre habilidades de regulação emocional, habilidades de *coping* diádico e a qualidade da relação coparental. Os participantes foram 48 pais e 58 mães, com idades variando entre 18 a 48 anos, que estavam cuidando do seu primeiro filho(a) de até 6 anos. Os participantes foram recrutados via redes sociais e depois responderam a um questionário socioeconômico, a Escala de Autorregulação Emocional-versão adulta, o Inventário do *Coping* Diádico e a Escala da Relação Coparental via *Google Forms* . Com base em análises de correlação bivariada de Spearman, foram observadas relações estatisticamente significativas, mas fracas, entre: (a) o uso de estratégias adequadas de regulação emocional e formas construtivas de *coping* na relação diádica, bem como o uso de estratégias de regulação emocional não adequadas e dificuldades para lidar com situações estressantes com o parceiro; (b) o uso de estratégias de regulação emocional adequadas e relações coparentais melhores em todas as dimensões, e entre o uso de estratégias não adequadas e menor qualidade de todas os aspectos dessa relação; (c) maior capacidade de lidar com o estresse em interações com o parceiro e resultados melhores em todas as dimensões da relação coparental. Portanto, encontrou-se evidências apontando para a relevância de habilidades de autorregulação emocional e para trabalhar em equipe com o parceiro para manter a qualidade da relação coparental. As limitações deste estudo em termos do perfil da amostra apontam para um problema de truncamento de variância e a importância de usar estratégias mais variadas de recrutamento, a fim de ter amostras mais representativas em estudos futuros. Concluindo, os resultados desse estudo podem contribuir para a literatura sobre habilidades socioemocionais que afetam a qualidade da relação coparental, como forma de auxiliar no desenvolvimento de programas psicoeducacionais para pais de filhos pequenos, fundamentados em evidências sobre regulação emocional e *coping* diádico nesse contexto.

Palavras-chave: Coparentalidade; *Coping* diádico; Habilidades socioemocionais.

Almeida, R. F. S. (2024). Relationships among emotional regulation, dyadic coping and the quality of the coparenting relationship. (Honors thesis). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 57 pp.

ABSTRACT

During the transition to parenthood, two-thirds of couples experience hostile conflicts in the coparental relationship, with negative effects on marital relationships, parents' mental health, and the socioemotional development of the child. Emotional regulation skills and dyadic coping may be important in this context, but it is necessary to obtain evidence about the relationships among these skills and the quality of the coparenting relationship. The objective of this study was to investigate the relationships among emotional regulation skills, dyadic coping skills, and the quality of the coparenting relationship. Participants included 48 fathers and 58 mothers, aged 18 to 48, who were caring for their first child aged up to 6 years. Parents were recruited via social networks and responded to a socio-economic questionnaire, the Emotional Self-Regulation Scale for adults, the Dyadic Coping Inventory, and the Coparental Relationship Scale, via Google Forms. Based on bivariate correlation analyses, statistically significant but weak relationships were observed between: (a) the use of appropriate emotional regulation strategies and constructive forms of coping in the dyadic relationship, as well as the use of inappropriate emotional regulation strategies and difficulties in dealing with stressful situations with the partner; (b) the use of appropriate emotional regulation strategies and higher quality of the coparental relationship in all dimensions, and the use of inappropriate strategies and lower quality results in this relationship; (c) a greater ability to cope with stress in interactions with the coparenting partner and better results in all dimensions of the coparenting relationship. Thus, evidence was found indicating the relevance of emotional self regulation skills and the ability to team up with one's partner to respond to stressful situations for the quality of the coparenting relationship. The limitations of this study in terms of sample profile involve a problem of suppression of variance, and point to the importance of using more varied recruitment strategies to form more representative samples, in future studies. In conclusion, the results of this study contribute to the literature on socioemotional skills that affect the quality of the coparenting relationship, aiding in the development of evidence-based psychoeducation programs to help parents of young children develop their emotional regulation and dyadic coping skills in this context.

Keywords: Coparenting; Dyadic Coping; Socioemotional Skills.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. <i>Idade, Jornada de Trabalho e Tempo de Relacionamento dos Participantes, por Sexo.....</i>	20
Tabela 2. <i>Perfil Sociodemográfico dos Participantes, por Sexo.....</i>	21
Tabela 3. <i>Estatísticas Descritivas: Regulação Emocional, Coping Diádica e Qualidade da Relação Coparental.....</i>	28
Tabela 4. <i>Correlação entre Regulação Emocional e Coping Diádico.....</i>	30
Tabela 5. <i>Correlação entre Coparentalidade e Coping Diádico.....</i>	31
Tabela 6. <i>Correlação entre Regulação Emocional e Coparentalidade.....</i>	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
Justificativa.....	18
2. OBJETIVOS.....	20
2.1. Objetivo geral.....	20
2.2. Objetivo específico.....	20
3. MÉTODO.....	20
3.1. Amostra.....	20
3.2. Instrumentos.....	23
3.2.1. Questionário sociodemográfico.....	23
3.2.2. Escala de Auto Regulação Emocional - Versão adulto (EARE-A).....	23
3.2.3. Inventário do Coping Diádico (ICD).....	24
3.2.4. Escala de Relação Coparental - versão brasileira	25
3.3. Procedimentos de coleta de dados.....	26
3.4. Procedimentos de análise de dados.....	26
4. RESULTADOS.....	28
5. DISCUSSÃO.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
7. REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A relação coparental envolve interações entre as pessoas responsáveis por criar uma criança, podendo ser uma relação entre a mãe e o pai da criança, ou entre outras figuras parentais. Para aproximadamente um terço dos casais que estão criando seu primeiro filho, a relação coparental estabelecida envolve a troca de informações, suporte prática e emocional e os parceiros colaboram na solução de problemas, com baixa frequência de conflitos (Feinberg et al., 2016). Para outro terço dos casais, as dificuldades no relacionamento envolvendo a criação do filho são mais frequentes e envolvem tensões maiores, enquanto para os demais, os conflitos são frequentes e envolvem altos níveis de hostilidade.

Uma dimensão do repertório interpessoal usado para lidar com reações emocionais negativas envolve as habilidades de regulação emocional (Gross, 2015; Noronha et al., 2018), mas ainda precisamos de evidências sobre o quanto essas habilidades ajudam as pessoas individualmente e o quanto contribuem para relacionamentos de melhor qualidade (Delfino, 2023; Machado & Mosmann, 2019). Diante dos efeitos negativos para a saúde emocional dos pais e dos filhos quando ocorrem conflitos hostis na relação coparental (Feinberg et al., 2016), torna-se importante entender mais sobre o uso de estratégias de regulação emocional nesse contexto, a fim de ajudar casais na transição para a parentalidade a fortalecer suas habilidades para lidar com o estresse parental, evitando comportamento que sabotam a relação coparental.

Há algumas diferenças entre pesquisadores a respeito de quando a relação coparental começa. Para Mourão (2021), a coparentalidade inicia-se com o nascimento ou a chegada de uma criança à família. Vilela (2019) e Guerra (2022) consideram que começa mais cedo, sugerindo que a relação coparental é construída ao longo da transição para a parentalidade, desde a confirmação da gestação. Portanto, a relação coparental emerge quando os pais começam a idealizar sonhos para a nova família e pensam sobre como vão cuidar e dar apoio

tanto para a criança, quanto para o parceiro(a). Assim sendo, os membros da díade parental precisam estabelecer acordos sobre como partilhar as novas responsabilidades e deveres parentais, mesmo que as responsabilidades de cada pai sejam diferentes (Feinberg et al., 2016). A logística estabelecida pelo casal precisa atender às necessidades físicas e socioemocionais do filho, e garantir o bem-estar da família na totalidade (Mourão, 2021).

O termo “coparentalidade” (do inglês *coparenting*) foi introduzido por Bohannon na década de 1970, com o propósito de tornar visível a existência de uma relação que continua a existir entre os pais, mesmo após a dissolução da relação conjugal, via divórcio. Com o passar do tempo, a discussão de tal temática passou a ser mais ampla e pluralista em relação às variadas configurações familiares, tradicionais e novas (Santos, 2018). Nesse contexto, houve outras contribuições teóricas, a fim de preencher as lacunas nesta área, sendo os três principais modelos da estrutura interna da coparentalidade os de Margolin, Gordis e John (2001), Feinberg (2003) e de Van Egeren e Hawkins (2004).

O modelo de Margolin, Gordis e John (2001) é composto por três dimensões, sendo eles: (a) conflitos, (b) cooperação e (c) triangulação. O conceito de conflitos é descrito por Carvalho (2020) como a frequência com a qual os pais entram em discussões sobre questões relacionadas ao papel parental, bem como o nível de hostilidade que existe nessas interações. Envolve, em especial, a frequência com a qual expressam emoções negativas sobre o parceiro, enquanto discutem ou discordam em assuntos que envolvem a criança. Já a cooperação se refere à quantidade de suporte instrumental e emocional, além da valorização e respeito que existem nas interações entre os membros da relação coparental. Também envolve o apoio que oferecem ao parceiro em momentos de sobrecarga. A triangulação caracteriza-se pela presença de tentativas, por parte de um dos pais (ou de ambos), de formar alianças com o filho visando atingir o parceiro, por meio de comportamentos que minam ou excluem o outro de interações parentais (Carvalho, 2020). Com base nesse modelo da relação

coparental, é possível notar a ênfase em desfechos que refletem a dimensão sócio emocional do relacionamento.

Feinberg (2003), por sua vez, propôs o Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade (Carvalho, 2020). Neste modelo, Feinberg também focou na qualidade da relação emocional entre os pais, considerando o padrão da comunicação e o comportamento interpessoal dos pais diante de demandas práticas e de opiniões divergentes em relação à criação dos filhos. Feinberg sugeriu que a relação coparental possui quatro componentes: (a) concordâncias e discordâncias na criação dos filhos, (b) divisão do trabalho prático de criar e de sustentar o filho, (c) suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro e (d) gestão conjunta da qualidade da convivência sócio emocional familiar.

A concordância refere-se ao alinhamento entre os pais quando precisam tomar decisões a respeito da criação dos filhos e nas suas tentativas de solução dos dilemas do filho. A dimensão da relação envolvendo a divisão do trabalho envolve interações entre os membros da díade coparental a respeito das atividades familiares, para decidir as responsabilidades de cada parceiro (e de terceiros) para com a criança e a casa. No suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro, é trabalhada a presença ou ausência de apoio socioemocional por parte de um dos pais em relação ao outro, endossando ou contestando a competência parental do parceiro. A gestão socioemocional familiar conjunta é dividida em três elementos: conflitos, coligações e equilíbrio, sendo que tais componentes indicam como os membros da díade coparental gerenciam conflitos com seu parceiro, e a qualidade do envolvimento socioemocional de cada um dos membros do casal nas interações focadas na criação do filho (Carvalho, 2020). A partir dessas dimensões, é possível perceber a provável importância das habilidades socioemocionais de cada parceiro, visando entender como as habilidades individuais contribuem para a construção e manutenção da relação coparental, que por sua vez se relaciona com a qualidade da relação conjugal (Costa et al., 2020).

No terceiro modelo da relação coparental, de Van Egeren e Hawkins (2004), existem quatro dimensões para captar interações afetivas e práticas, sendo elas: (a) solidariedade coparental, (b) suporte coparental, (c) sabotagem coparental e (d) parentalidade partilhada. A solidariedade coparental é caracterizada pela demonstração de emoções positivas entre os parceiros, tanto nas situações de interação entre os pais, quanto em momentos quando se referem ao outro pai, durante interações com a criança. Já o apoio coparental é marcado por comportamentos com a função de oferecer suporte ao parceiro, para poder cumprir as metas parentais. A sabotagem coparental diz respeito às ações por parte de um dos parceiros que frustram as tentativas do outro de atingir suas metas parentais. Por fim, a parentalidade partilhada relaciona-se com a divisão das tarefas envolvendo os cuidados com os filhos, e a responsabilidade de cada membro da díade na criação da criança (Carvalho, 2020).

De maneira geral, os três modelos apresentados contemplam dimensões positivas e negativas da coparentalidade, além de pautar a relação coparental de boa qualidade como envolvendo um acordo entre dois indivíduos, que cooperam para o bem-estar da criança (Carvalho, 2020). Nota-se também que cada modelo possui singularidades. Nos modelos de Margolin, Gordis e John (2001) e de Van Egeren e Hawkins (2004), são trabalhadas as questões afetivas e práticas da relação coparental, as quais afetam a qualidade do suporte coparental. Já no modelo de Feinberg (2003), o foco é na gestão da qualidade da relação emocional entre os pais e na resolução de conflitos em relação a divergências sobre como responder às necessidades da criança. O que os autores da área concordam é que o nascimento de um filho gera incertezas e desafios para os pais, levando à necessidade de uso de recursos interpessoais para lidar com um “projeto de vida” novo que é de ambos os pais, e a flexibilidade para lidar com imprevistos. Nessa perspectiva, a construção de como manejar a vida familiar inicia desde as primeiras relações do casal e tem profundos efeitos sobre a natureza e qualidade das interações de cada um dos pais com seus filhos. Para Caetano

(2020), desde o período da gestação, os casais devem se preparar para assumir os novos papéis sociais, e começar a lidar de forma mais direta com algumas “regras de relacionamento”, que podem ser ajustadas antes do nascimento da criança. As regras de relacionamentos dizem respeito a um padrão de comunicação entre os membros do sistema familiar que gera proximidade emocional e uma troca aberta de informações.

A adaptação aos novos papéis sociais é de suma importância para uma boa convivência entre os membros do casal, pois as demandas e rotinas mudam significativamente e o casal precisa desenvolver estratégias construtivas para lidar com a divisão de tarefas da casa e do filho, a fim de evitar um aumento nos conflitos conjugais (Carvalho, 2018). Ainda que a coparentalidade possa envolver algumas das experiências mais significativas que dois adultos partilham, casais pouco colaborativos podem experimentar altos níveis de conflito conjugal.

A transição para a parentalidade pode ser entendida como uma etapa normativa do ciclo vital, mesmo não sendo uma experiência universal. Em conjunto com a transição para a parentalidade, ocorre a transição para a coparentalidade. O casal procura se adaptar à nova realidade com sua prole, bem como conciliar o tempo para criar os filhos com atividades para manter a relação com seu companheiro(a), familiares, pessoas de sua rede social e atividades do seu emprego (Feinberg et al., 2012; Feinberg et al., 2016). Esse período de transição envolve um aumento abrupto na quantidade e novidade das exigências enfrentadas, dia e noite, resultando em privação de sono e aumento de estresse sentido pela díade parental. Além disso, no período de transição coparental, apareçam comportamentos novos entre os membros do casal, afetando diretamente o senso de compromisso marital, assim como o equilíbrio emocional de cada parceiro, devido aos efeitos desses comportamentos sobre o cumprimento das novas responsabilidades (Canelas, 2019).

No que tange à transição para a coparentalidade, Mourão (2021) aponta a necessidade dos pais fazerem negociações envolvendo seus papéis, suas crenças, as práticas parentais, assim como a relação entre eles, agora partilhada com os seus filhos. Uma relação coparental mais apoiadora está associada com níveis menores de conflitos entre os pais, bem como com maior desempenho acadêmico e competência social infantil. Os parceiros coparentais que trabalham bem, juntos, criam repertórios emocionais e sociais para assim conseguir compreender e responder às necessidades dos demais membros da família, assim como para perceber e lidar com as suas próprias necessidades (Mourão, 2021).

No que se refere às questões emocionais, Teixeira (2020) ressalta que todas as experiências das pessoas envolvem emoções, assim como, todas as emoções decorrem dessas experiências. Isso significa que, no cotidiano de cada um de nós, avaliamos nossas experiências sob a influência de nossas reações emocionais, bem como, precisamos regular os comportamentos verbais e não verbais que apresentamos, diante de nossas reações emocionais. Portanto, a força e a natureza das emoções vivenciadas impactam diretamente na vida das pessoas, afetando a escolha de respostas que são mais ou menos adaptativas para enfrentar dificuldades. Respostas adaptativas requerem consideração e cuidados para com si e com as demais pessoas envolvidas no contexto (por ex., parceiro e filho). O indivíduo precisa procurar compreender o ponto de vista dessas outras pessoas, conciliando suas necessidades com as das demais pessoas e reavaliando a situação com base nessas informações mais complexas e completas para decidir como agir. Todo esse processo exige habilidades de regulação emocional (Teixeira, 2020).

Para Gondim et al., (2015), a regulação emocional envolve um conjunto de processos neurofisiológicos, cognitivos e comportamentais, mesclando fatores conscientes e respostas fisiológicas. É um processo pelo qual os indivíduos modificam as suas experiências emocionais, expressões e formas de agir em situações que eliciam essas emoções, a fim de

produzir respostas adequadas. Em determinadas situações, o indivíduo pode expressar uma resposta emocional, seja ela positiva ou negativa, a qual era provocada naquele contexto. As respostas emocionais positivas incluem, por exemplo, alegria, gratidão, esperança, senso de segurança emocional, confiança e amor. Já as respostas emocionais negativas podem ser tristeza, mágoa, medo, culpa, desapontamento, raiva, entre outras. Nesse sentido, torna-se necessário mobilizar estratégias para assegurar uma resposta emocional que contribua para a realização da atividade prevista, a preservação da autoestima e bem-estar dos envolvidos, manutenção ou melhora da qualidade dos relacionamentos e respeito aos direitos de terceiros (Del Prette & Del Prette, 2018).

Os indivíduos que demonstram uma atitude de suporte permitem que os filhos e seu companheiro(a) expressem as suas emoções, facilitando deste modo o uso de estratégias de regulação emocional adequadas. Quando há inibição da expressão de emoções – como ocorre quando as pessoas apresentam comportamentos excessivamente protetores e controladores ou, no outro extremo, negligentes – todos passam a ter dificuldades para utilizarem estratégias de regulação emocional adequadas. Ademais, quando os pais não regulam adequadamente suas emoções, esse contexto é prejudicial para o desenvolvimento socioemocional da criança, que pode contribuir para que sua capacidade de expressão ou experiência emocional seja prejudicada, de forma que o repertório de respostas emocionais da criança seja essencialmente mal adaptativo e negativo (Teixeira, 2020). Diante da tendência dos filhos aprenderem estratégias de regulação emocional de outras pessoas, observa-se a magnitude da influência das relações familiares no desenvolvimento da regulação emocional (Machado & Mosmann, 2019).

Pensando na capacidade das pessoas de lidarem com questões emocionais, Salovey e Mayer (1990) foram pioneiros na conceituação de inteligência emocional no campo acadêmico, e desde então, essa temática prossegue em contínuo desenvolvimento de

conceitos e metodologias (Bueno, 2013; Peixoto, et al., 2019). Salovey e Mayer (1990) propuseram um modelo com quatro habilidades necessárias para o processamento de informações emocionais: (a) percepção de emoções; (b) facilitação do pensamento; (c) compreensão de emoções; (d) regulação de emoções. Alguns anos mais tarde, Mayer e Salovey (1997, p. 17) caracterizaram inteligência emocional como a “capacidade de perceber emoções, ter acesso a emoções e gerá-las, de modo a ajudar o pensamento a compreender as emoções e o conhecimento emocional e a controlar as emoções de maneira reflexiva para promover o crescimento emocional e intelectual”. Segundo Mayer e Salovey (1997), a *percepção de emoções* envolve a capacidade do indivíduo de perceber as emoções em si e nos demais (interagindo diretamente com pessoas, ou indiretamente, via obras de arte, poesia, sons, etc). Já a *facilitação emocional* do pensamento é definida como a capacidade de um evento gerar reações emocionais na pessoa, de forma que passa a utilizar as emoções para definir e comunicar os seus sentimentos, ou utilizá-los para guiar outros processos cognitivos, como a solução de problemas, reflexões sobre desfechos positivos esperados, entre outros. A *compreensão e análise de emoções* se refere à capacidade de identificar e reconhecer as emoções, ou as relações entre as palavras e a própria emoção, a fim de compreender as informações emocionais e seus impactos sobre os relacionamentos com outras pessoas. Por fim, a *regulação emocional* é caracterizada como a habilidade de aceitar as emoções, sejam elas agradáveis ou não, e de gerir as emoções, de modo a ter um juízo reflexivo feito sobre a sua utilidade, considerando o seu bem-estar e o dos demais (Bueno, 2013; Peixoto, et al., 2019).

Já o teórico Gross (2015) revisou estudos referentes à regulação emocional, ao integrar os dados de investigações previamente realizadas, concluindo que os seguintes pressupostos são importantes: (a) os indivíduos podem diminuir, amplificar, ou simplesmente manter uma emoção, a depender dos seus objetivos; (b) os processos envolvidos na regulação

emocional não são iguais para todas as emoções ou situações, sendo diferentes e consoantes com a emoção experienciada; (c) a regulação emocional pode ser individual, ou seja, regulando as próprias emoções, ou interpessoal, regulando as emoções próprias bem como de outras pessoas; (d) as estratégias de regulação emocional ocorrem ao longo do tempo, envolvendo processos percebidos e controlados, e processos não percebidos e não controlados; (e) a regulação emocional pode ser adaptativa ou desadaptativa conforme os recursos do indivíduo para lidar com a situação.

Considerando que vivenciamos reações emocionais em relação ao nosso entorno a todo momento, é importante atentar para o processo de regulação emocional para compreender o que motiva os pais a alterar ou manter os seus comportamentos, para produzir mudanças no relacionamento coparental. Teixeira (2020) aponta que indivíduos com desregulação emocional exibem padrões de resposta nos quais existe uma incompatibilidade entre seus próprios objetivos, respostas, expressões e as necessidades de outras pessoas. Em situações estressantes, o indivíduo com dificuldades de regulação emocional usa estratégias interpessoais ineficazes, e acaba externalizando suas emoções de maneira intensa e descontrolada. As habilidades de regulação emocional de cada um dos parceiros coparentais afetam as interações que ocorrem entre eles. Assim, é importante considerar que, além das habilidades de regulação emocional em si, as interações entre os parceiros também envolvem o uso de habilidades sociais, levando ao conceito de habilidades socioemocionais.

As habilidades socioemocionais abrangem um conjunto de habilidades fundamentais para o desenvolvimento global dos indivíduos, que envolvem aspectos socioafetivos, emocionais, comportamentais e morais (Oliveira & Muszkat, 2021). A partir desse conjunto de competências, os indivíduos conseguem modular o seu comportamento a fim de dar respostas mais adequadas considerando o contexto social no qual está inserido (interações com membros da família, pessoas no ambiente da escola, no trabalho, entre outros). Para

Oliveira e Muszkat, essas competências também auxiliam o indivíduo a formular os seus objetivos de vida, e assim traçar planos para alcançá-los. As habilidades socioemocionais são divididas em três categorias: a cognitiva, a emocional-afetiva e a comportamental.

Na categoria cognitiva existem: (a) habilidades de *resolução de problemas*, que podem ser empregadas para lidar com problemas intra ou interpessoais; (b) *habilidades metacognitivas*, que estão relacionadas com a capacidade do indivíduo de monitorar e de refletir sobre seus próprios pensamentos, permitindo a regulação dos pensamentos (também chamado de flexibilidade cognitiva), necessário para a administração de conflitos e gerenciamento de objetivos de vida; e (c) *cognição social*, que está relacionado com a compreensão de si como diferente do outro, e a capacidade de perceber e responder aos desejos, crenças e intenções dos outros. A partir do uso dessas habilidades cognitivas, o indivíduo torna-se capaz de constatar, compreender e interpretar emoções e situações sociais, a fim de levar as necessidades e interesses dos demais em conta quando decide como agir (Oliveira & Muszkat, 2021).

Na segunda categoria, a de habilidades emocionais-afetivas, encontra-se: (a) a competência de *regular* suas próprias emoções, (b) de *reconhecer* os seus estados emocionais, e (c) assim *nomeá-los* e *defini-los* de acordo com aquilo que está sentindo, para autorregular suas emoções negativas e seus impulsos (Oliveira & Muszkat, 2021). Por fim, a terceira categoria, a comportamental, diz respeito a comportamentos pró-sociais que estão voltados aos outros indivíduos, como agir de forma cooperativa, ajudar, confortar, compartilhar, entre outros. Cabe ressaltar que essas respostas seriam respostas comportamentais baseadas em influências das dimensões cognitiva e emocional-afetiva (Oliveira & Muszkat, 2021).

A relação coparental envolve o relacionamento entre os membros do casal, na qual utilizam diferentes estratégias individuais e de coping diádico, que podem influenciar na

vivência desta etapa desenvolvimental em termos desse relacionamento, bem como a qualidade dos relacionamentos conjugal e parental, e, portanto, seus impactos na prole, (Mosmann & Falcke, 2011; Fidelis, et al., 2022; Silva & Ponciano, 2022). O coping pode ser caracterizado como um conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas, para lidar com situações adversas, de modo a enfrentá-las, para alterá-las ou adaptar-se (Silva & Ponciano, 2022). A partir desse processo, os indivíduos vão tomando consciência da realidade, das suas exigências internas e externas que possam sobrecarregar ou exceder os recursos das pessoas (Arsego & Morales, 2018; Delfino, 2023; Fidelis, et al., 2022). Assim sendo, no coping diádico, os membros do casal em conjunto realizam esforços individuais e coletivos, utilizam estratégias positivas e negativas, a fim de enfrentar juntos, situações estressoras que afetam ambos ou um membro da díade coparental. Bodenmann (1997) criou um modelo sistêmico transacional que fundamentou investigações sobre o coping diádico. Tal modelo possui seis tipos de exemplificação do coping, sendo três positivos e três negativos.

Os três tipos positivos de coping diádico compreendem:(a) coping diádico conjunto, que envolve estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal quando ambos são expostos a um evento estressor, englobando resolução de problemas conjunto, partilha de sentimentos, e comprometimento mútuo; (b) coping diádico de suporte, refere-se ao apoio de um parceiro ao outro, quando apenas um está impactado pelo evento estressor e inclui ações de compreensão empática, expressão de solidariedade, diálogo reconfortante e suporte prático; (c) coping diádico delegado, que envolve ações que auxiliam o parceiro a aliviar o estresse através do suporte prático, como, por exemplo, assumir algumas de suas responsabilidades.

Já os tipos negativos de coping diádico compreendem: (a) coping diádico hostil, a qual é definido por ser suporte ofensivo, desrespeitoso, que incluem ações de desprezo, sarcasmo, desinteresse aberto ou minimização da gravidade do estresse do parceiro; (b) coping diádico ambivalente, quando o suporte é incongruente, e um dos parceiros apoia o

outro, porém com relutância ou de maneira condicional;(c) coping diádico superficial, refere-se a interações quando o suporte não é sincero ou genuíno, é observável quando um dos membros do casal pergunta sobre o sentimento do cônjuge, porém não escuta ou oferece apoio sem empatia.

Cabe ressaltar que um enfrentamento diádico adaptativo é essencial para manutenção e manejo do relacionamento do casal, isso porque, uma colaboração ativa e coordenada entre os parceiros envolve um comprometimento mútuo em busca do bem-estar do relacionamento (Fidelis, et al., 2022). Nesse sentido, a compreensão empática entre os membros do casal é de suma importância, pois promove um espaço de escuta e diálogo para expressar suas necessidades e emoções. Além disso, o suporte prático, a qual é manifesto através da divisão equitativa de tarefas e responsabilidades, viabiliza um ambiente doméstico mais harmonioso e fortalece o relacionamento. Nesse sentido, a integração dos elementos supracitados, promove um enfrentamento saudável e adaptativo, reforçando a conexão e a estabilidade no relacionamento.

Justificativa

A criação dos filhos é uma das tarefas mais desafiadoras do ciclo vital (Fidelis et al., 2022), afetando tanto o bem-estar de ambos os pais, quanto o desenvolvimento da criança. Como forma de entender e promover relacionamentos familiares saudáveis que contemplem as necessidades dos pais e dos filhos e a conexão entre eles, os estudos sobre coparentalidade no contexto brasileiro vem crescendo nas últimas quatro décadas (Costa et al., 2017). O período da primeira infância, em especial até a faixa dos seis anos, é caracterizado pela aquisição de habilidades motoras, de relacionamento interpessoal, de autorregulação emocional e de resolução de problemas (Guttman et al., 2006). Assim sendo, a influência positiva do sistema familiar é fundamental para o bem-estar ao longo de todo o ciclo de vida, dadas as evidências científicas que demonstram a dificuldade de reverter prejuízos psicológicos sofridos na primeira infância (Shonkoff et al., 2012).

Na revisão de literatura elaborada por Costa et al., (2017) foi observado que os casais com mais dificuldades coparentais no pós-parto foram aqueles com níveis maiores de emoções negativas no período pré-natal. Os estudos de Yan et al., (2016) apontaram que as dificuldades dos pais na regulação das suas emoções podem limitar as suas respostas às emoções dos filhos, pois quando os pais têm dificuldades em controlar os seus impulsos, torna-se mais difícil manter interações construtivas com os filhos em situações de expressão emocional. Ao desenvolver a capacidade de compreender e gerenciar suas próprias emoções, os pais criam um ambiente mais estável e seguro para o crescimento emocional e psicológico dos filhos (Barreto & Boeckel, 2019). Além disso, a regulação emocional é fundamental para a construção de um relacionamento conjugal saudável, pois a partir desta, os pais fortalecem o vínculo entre si, constroem e mantêm um relacionamento conjugal saudável, ao promover uma parceria sólida e colaborativa na criação dos filhos, viabilizando uma coparentalidade positiva (Barreto & Boeckel, 2019).

Os estudos supracitados apontam a importância da regulação emocional dos pais tanto para auxiliar nas relações conjugal e coparental, como também, no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, é de suma importância que sejam realizados estudos sobre o uso da regulação emocional individual e diádica na construção e manutenção da relação coparental. Assim, considerando toda a literatura apresentada e os pontos aqui destacados, por meio do presente estudo, o objetivo é analisar as relações entre o uso de habilidades de regulação emocional individual e diádico e a qualidade da relação coparental.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Descrever como o uso de habilidades de regulação emocional podem afetar a construção da relação coparental.

2.2 Objetivo específicos

Verificar as relações entre habilidades de regulação emocional, habilidades de coping diádico e a qualidade da relação coparental.

3. MÉTODO

3.1 Amostra

Participaram deste estudo 106 participantes, sendo 58 mulheres e 48 homens. Na Tabela 1, são apresentados o perfil dos participantes, e na Tabela 2 são apresentados os dados socioeconômicos da amostra.

Tabela 1. *Idade, Jornada de Trabalho e Tempo de Relacionamento dos Participantes, por Sexo*

Variável	Mães (n = 58)				Pais (n = 48)			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mín	Máx	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mín	Máx
Idade (anos)	29,8	5,8	18	46	32,8	6,7	18	48
Jornada de trabalho (carga horária semanal)	31,4	13,5	0	45	39,7	9,7	0	60
Tempo de relacionamento (anos)	8,2	5,5	1	22	5,6	2,2	3	13

Como pode ser observado na Tabela 1, a idade mínima e máxima são iguais para ambos, porém os pais apresentaram a média de idade maior em comparação com as das mulheres. No que se refere a jornada de trabalho, foi observado que em ambos dos grupos há

participantes que não trabalham, além de que, os homens relataram maiores cargas horárias laborais do que as mulheres. Quanto ao tempo de relacionamento, as mulheres se destacam com os menores e maiores índices de tempo de relacionamento.

Tabela 2. Perfil Sociodemográfico dos Participantes, por Sexo

Variável	Feminino (n=58)		Masculino (n=48)	
	N	%	N	%
Orientação Sexual				
Heterossexual	52	89,6	46	96
Bissexual	5	8,6	2	4
Ausentes	1	1,7	0	0
Estado Civil				
Casado(a)	49	84,4	30	62,5
União estável	6	10,3	18	37,5
Morando junto	2	3,4	0	0
Solteira	1	1,7	0	0
Escolaridade				
Ensino médio incompleto	1	1,7	0	0
Ensino médio completo	16	27,5	35	72,9
Ensino superior incompleto	16	27,5	5	10,4
Ensino superior completo	15	25,8	7	14,5
Pós-graduação	10	17,2	1	2,0
Identificação Étnico Racial				
Branco(a)	42	72,4	37	77,0

Pardo(a)	11	18,9	8	16,6
Preto(a)	4	6,8	2	4,1
Indígena	0	0	1	2,0
Ausentes	1	1,7	0	0
Estado				
São Paulo	44	75,8	35	72,9
Bahia	5	8,6	6	12,5
Minas Gerais	4	6,8	4	8,3
Rio de Janeiro	2	3,4	1	2,0
Amazonas	1	1,7	1	2,0
Rio Grande do Sul	1	1,7	-	-
Tocantins	1	1,7	-	-
Paraná	-	-	1	2,0
Tipo de Profissão				
Formal	45	77,5	42	87,5
Informal	8	13,7	3	6,2
Não trabalha	5	8,6	3	6,2
Renda Mensal				
De 3 SM a 6 SM	31	53,4	21	43,7
De 1 SM a 3 SM	12	20,6	20	41,6
De 6 SM a 9 SM	12	20,6	5	10,4
Acima 9 SM	2	3,4	1	2,0
Até 1 SM	1	1,7	1	2,0

Nota: SM = salário mínimo

Como pode ser observado na Tabela 2, os participantes em sua grande maioria relataram ser heterossexual ou bissexual para ambos dos grupos (mulheres e homens). Em

relação ao estado civil, a maioria das mulheres e dos homens eram casados ou estavam em uma união estável. Sobre a escolaridade, a maioria dos homens possuíam ensino médio completo e ensino superior completo, enquanto as mulheres, apresentaram número de participantes similares nas escolaridades ensino médio completo, ensino superior completo e ensino superior incompleto. Quanto à identificação étnica racial, destaca-se nesse estudo branco(a), pardo(a), preto(a), tanto para as mulheres quanto para os homens. Sobre o estado de residência, a grande maioria dos participantes de ambos os grupos moravam nos seguintes estados: São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Quanto ao tipo de profissão, destaca-se que a maioria dos homens e mulheres desempenhavam atividades laborais formais, e o número de participantes que possuíam profissões informais ou que não trabalhavam eram similares para ambos os grupos. Em relação à renda mensal, a maioria possuía de 3 a 6 salários mínimos, com a segunda maior concentração de participantes com renda de 1 a 3 salários mínimos e depois de 6 a 9 salários mínimos tanto para os homens quanto para as mulheres.

3.2 Instrumentos

Os instrumentos – Questionário sociodemográfico, Inventário do Coping Diádico, Escala de Auto Regulação Emocional para avaliação de adultos (EARE-A), Escala de Relação Coparental - versão brasileira – serão organizados em um formulário online na plataforma *Google Forms*.

3.2.1 Questionário sociodemográfico. Esse instrumento foi elaborado para a presente pesquisa. As informações solicitadas serão: idade, gênero, orientação sexual, autodeclaração de raça e cor, local de residência, escolaridade, situação de moradia e questões referentes à renda mensal dos participantes.

3.2.2 Escala de Auto Regulação Emocional para avaliação de adultos (EARE-A).

(Noronha et al., 2018). Esta escala é usada para avaliar a autorregulação de emoções em relação à tristeza, e para detectar possíveis falhas na autorregulação emocional em

situações comuns da vida do indivíduo. Para isso, o participante responde os itens da escala tendo como base algum evento cotidiano que lhe causou tristeza. Além disso, a escala é estruturada em quatro fatores, sendo eles: (a) estratégias de enfrentamento adequadas (por ex., Tento me distrair fazendo outras coisas); (b) externalização da agressividade (por ex., Brigo com os outros); (c) pessimismo (por ex., Acho que eu não tenho valor); e (d) freezing (paralisação) (por ex., Não sei o que fazer). Os 34 itens da escala são respondidos a partir de uma escala Likert de 7 pontos variando entre 1 (discordo totalmente) e 7 (concordo totalmente). Noronha et al. observaram valores de consistência interna (coeficiente de confiabilidade composta) que variaram entre 0,86 e 0,95. Os escores nos três fatores envolvendo o uso de estratégias não adequadas precisam ser invertidos para obter o escore total. Os escores mais elevados indicam uma maior aplicação de estratégias funcionais na regulação emocional, possibilitando também o cálculo do escore total para cada participante. Quanto mais elevada a pontuação total, maior é o nível de autorregulação emocional do respondente.

3.2.3 Inventário do Coping Diádico (ICD). (Bodenmann, 1995 adaptado para versão portuguesa por Vedes, Nussbeck, Bodenmann, Lind, & Ferreira, 2013). Esse instrumento é usado para avaliar o coping diádico, abordando comunicação quando um dos membros da díade está estressado, manejo para diminuir o estresse e o enfrentamento de fatores externos que podem afetar a relação. No inventário existem 37 itens que são respondidos usando uma escala Likert de cinco pontos variando entre 1 (muito raramente) e 5 (com muito frequência). Além disso, os itens estão organizados em 6 subescalas, sendo elas: (a) como você comunica ao seu parceiro o seu estresse; (b) o que o seu parceiro faz quando você está se sentindo estressada; (c) como o seu parceiro se comunica quando ele está se sentindo estressado; (d) o que

você faz quando seu parceiro demonstra que está estressado; (e) o que você e seu parceiro fazem quando ambos estão se sentindo estressados; (f) como você avalia suas capacidades de lidar com o estresse como casal. Conforme Vedes, Nussbeck, Bodenmann, Lind, e Ferreira (2013), para a análise de dados, são somados escores sobre o que o respondente faz para apoiar seu parceiro quando estiver estressado e como o participante expressa suas necessidades de apoio para o seu parceiro. De forma similar, são somados os escores sobre as percepções do participante a respeito da forma como seu parceiro expressa suas necessidades de apoio e responde às necessidades do próprio participante. Para a versão na língua portuguesa deste instrumento a consistência interna para escore total de coping geral foi $\alpha = .98$, $\alpha = .93$ para o coping diádico próprio, $\alpha = .92$ para o coping diádico do parceiro e $\alpha = .96$ para o coping diádico conjunto. Além disso, tem uma subescala avaliação: como você avalia suas capacidades de lidar com o estresse como casal.

3.2.4 Escala de Relação Coparental - versão brasileira. (Carvalho et al., 2018). Esta escala tem por objetivo avaliar sete dimensões da qualidade da relação coparental: (a) concordância coparental, (b) suporte coparental, (c) apoio à parentalidade do parceiro, (d) proximidade coparental, (e) divisão do trabalho, (f) exposição da criança ao conflito, (g) sabotagem coparental. O instrumento conta com 35 itens, sendo que os 30 primeiros itens são pontuados usando uma escala Likert de sete pontos, que variam de 0 (nada verdadeiro para nós) a 6 (muito verdadeiro para nós) e os últimos cinco itens são pontuados usando uma escala de frequência de sete pontos que varia de 0 (nunca) a 6 (muito frequentemente - várias vezes ao dia). Carvalho et al. (2018) observaram valores de consistência interna (coeficiente de confiabilidade composta) que variaram entre 0,76 e 0,94 para 6 das 7 subescalas, sendo que a subescala divisão apresentou baixa consistência interna. A pontuação foi invertida para os itens das

subescalas sobre dimensões positivas da relação coparental, mas que abordam comportamentos coparentais negativos.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa realizada seguiu os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução 510/2016) no que se refere às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Inicialmente, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, CAAE 70446123.0.0000.5504, obtendo aprovação sob número do parecer 6.200.628.

Após a obtenção da aprovação, deu-se início à fase de recrutamento dos participantes, a partir de um convite de pesquisa divulgado em redes sociais, como *Facebook e Instagram*. No convite, constavam a descrição dos objetivos da pesquisa e o *link* para acessar o formulário. Ao acessar o *link* os participantes foram direcionados para uma página contendo o formulário do *Google Forms*. Na primeira seção do formulário os participantes tinham acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e aceite. Caso concordasse com os termos, o participante clicava na opção “*Li e concordo em participar da pesquisa*”. Caso não concordasse, fechava o formulário. Após o aceite do TCLE, os participantes tinham acesso aos instrumentos da pesquisa descritos anteriormente. Convém enfatizar que apesar do aceite do TCLE ter sido *online*, foi disponibilizado para os participantes a opção de baixar o mesmo e o acesso sempre que solicitado.

3.4 Procedimentos de análise de dados

Para esse estudo foram utilizadas estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão e porcentagem) para a análise dos dados coletados a partir do questionário sociodemográfico e nos instrumentos psicométricos aplicados.

Em seguida, a fim de verificar a normalidade da distribuição amostral de escores nas variáveis de interesse, foi usado o teste de Shapiro Wilk, usando o critério de $p < 0,05$ para identificar distribuições não paramétricas (Dancey & Reidy, 2018). Foi avaliada a

normalidade das distribuições amostrais dos escores nos instrumentos de Regulação Emocional para avaliação de adultos, *Inventário do Coping Diádico* e a Escala de Relação Coparental. A análise multivariável da distribuição amostral dos escores obtidos nos instrumentos Escala de Auto Regulação Emocional para avaliação de adultos e *Inventário do Coping Diádico* não apresentou normalidade diante do teste de Shapiro Wilk (0,93; $p < 0,001$), de forma que as correlações foram obtidas por meio do teste de Spearman. A distribuição amostral dos escores obtidos nos instrumentos Escala de Relação Coparental e Escala de Auto Regulação Emocional para avaliação de adultos também não apresentaram normalidade diante do teste de Shapiro Wilk (0,82; $p < 0,01$). A distribuição amostral dos escores obtidos nos instrumentos Escala de Relação Coparental e *Inventário do Coping Diádico* não apresentou normalidade diante do teste de Shapiro Wilk (0,80; $p < 0,01$)

Além disso, foi verificado se a relação de cada par de variáveis seguia uma relação linear, ou não, por meio de gráficos de dispersão. Com base na análise de informações a respeito desses pressupostos, foi verificada a necessidade de usar teste de correlação para variáveis não paramétricas e que seria apropriado usar testes de correlação linear bivariadas.

Portanto, foram utilizados testes de correlação bivariada linear de Spearman (ρ), para verificar a associação entre escores totais e das subescalas destes mesmos três instrumentos. O critério de $p < 0,05$ foi estabelecido para rejeitar a hipótese nula, ou seja, que não há relação entre as duas variáveis em questão. Os critérios para interpretar a magnitude das correlações foram: correlação muito fraca, 0,0 a 0,19; correlação fraca, 0,20 a 0,39; correlação moderada, 0,40 a 0,59; correlação forte, 0,60 a 0,79; e correlação muito forte, 0,80 a 1,0 (Levin & Fox, 2004).

4. RESULTADOS

Antes de analisar as correlações, foram verificadas informações descritivas sobre escores em cada instrumento.

Tabela 3. *Estatísticas Descritivas: Regulação Emocional, Coping Diádica e Qualidade da Relação Coparental*

Escala de Auto Regulação Emocional para avaliação de adultos	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mdn</i>	Teste de Shapiro Wilk	<i>p</i>
Estratégias adequadas	4,07	0,72	4,26	0,94	< 0,001
Agressividade externalizada	2,03	0,72	2,00	0,89	< 0,001
Pessimismo	2,23	0,92	2,00	0,90	< 0,001
Paralisação	2,59	0,73	2,50	0,91	< 0,001
Inventário do Coping Diádico					
Coping diádico próprio	3,36	0,96	3,50	0,97	0,022
Coping diádico do parceiro	3,52	0,65	3,54	0,986	0,337
Coping diádico conjunto	3,38	0,84	3,60	0,98	0,048
Avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse	3,58	1,14	4,00	0,88	< 0,001
Escala de Relação Coparentalidade					
Concordância coparental	4,04	1,15	4,25	0,92	< 0,001
Suporte coparental	4,96	0,93	5,16	0,87	< 0,001
Apoio à parentalidade do parceiro	5,08	0,62	5,14	0,93	< 0,001
Proximidade coparental	4,81	0,88	5,00	0,89	< 0,001
Divisão do trabalho	3,53	1,45	4,00	0,96	0,004
Exposição da criança a conflitos entre os pais	1,38	1,17	1,20	0,90	< 0,001
Sabotagem coparental	1,46	1,05	1,16	0,79	< 0,001

Na Tabela 2, são apresentados os resultados obtidos pelos participantes nos três instrumentos aplicados. Com base na observação das médias na Escala de Autorregulação

Emocional, versão para adultos (EARE-A), a subescala com maior escore médio diz respeito ao uso de estratégias adequadas, e o menor escore médio foi na subescala de agressividade externalizada.

Com relação aos resultados obtidos em relação à normalidade da distribuição de escores na Escala de Autorregulação Emocional, versão para adultos (EARE-A) na amostra do estudo, foi observado que todas as variáveis são significativamente diferentes da curva normal ($p < 0,05$), de forma que é necessário analisar os dados usando testes não paramétricos.

Com base na observação das médias no Inventário do *Coping* Diádico, a subescala com maior escore médio foi a avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse, e o menor escore médio foi da subescala *coping* diádico próprio. No que se refere aos resultados obtidos em relação à normalidade da distribuição de escores no Inventário do *Coping* Diádico, foi observado que somente as subescalas *coping* diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse foram significativamente diferentes dos escores da distribuição normal.

Com base na observação das médias para a Escala de Relação Coparental, subescala com maior escore médio foi apoio à parentalidade do parceiro, e o menor escore médio foi da subescala exposição da criança ao conflito. No que se refere aos resultados obtidos em relação à normalidade da distribuição de escores na Escala da Relação Coparental, foi observado que todas as variáveis são significativamente diferentes de uma curva normal.

Tabela 4. *Correlações entre Regulação Emocional e Coping Diádico*

Escala de Auto Regulação Emocional		Coping Diádico			
		Coping diádico próprio	Coping diádico do parceiro	Coping diádico conjunto	Avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse
Estratégias adequadas	<i>rho</i> de Spearman	0,27	0,09	0,39	0,28
	<i>p</i>	0,005	0,385	< 0,001	0,004
Agressividade externalizada	<i>rho</i> de Spearman	-0,34	-0,44	-0,18	-0,19
	<i>p</i>	< 0,001	0,012	0,073	0,056
Pessimismo	<i>rho</i> de Spearman	-0,20	-0,10	-0,26	-0,28
	<i>p</i>	0,037	0,292	0,007	0,003
Paralisação	<i>rho</i> de Spearman	-0,17	-0,14	-0,15	-0,15
	<i>p</i>	0,090	0,165	0,128	0,118

Quanto aos valores de correlação entre os escores nas subescalas dos instrumentos de Regulação Emocional e Coping Diádico, com base no coeficiente de correlação de Spearman (*rho*), foram observados correlações positivas significativas envolvendo o uso de estratégias de enfrentamento adequadas com as seguintes variáveis: coping diádico próprio, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. A externalização da agressividade, bem como maior expressão de pessimismo, apresentaram correlações significativas negativas com: coping diádico próprio e coping diádico do parceiro. A paralisação não apresentou correlação significativa com nenhum dos fatores do Inventário do Coping Diádico.

Tabela 5. Correlações entre Coparentalidade e Coping Diádico

Escala de Relação Coparentalidade		Coping Diádico			
		Coping diádico próprio	Coping diádico do parceiro	Coping diádico conjunto	Avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse
Concordância coparental	<i>rho</i> de Spearman	0,35	0,19	0,17	0,18
	<i>p</i>	< 0,001	0,056	0,080	0,060
Suporte coparental	<i>rho</i> de Spearman	0,42	0,53	0,31	0,32
	<i>p</i>	< 0,001	< 0,001	< 0,001	< 0,001
Apoio à parentalidade do parceiro	<i>rho</i> de Spearman	0,26	0,23	0,34	0,37
	<i>p</i>	0,008	0,019	< 0,001	< 0,001
Proximidade coparental	<i>rho</i> de Spearman	0,49	0,40	0,24	0,34
	<i>p</i>	< 0,001	< 0,001	0,012	< 0,001
Divisão do trabalho	<i>rho</i> de Spearman	0,06	0,17	0,29	0,40
	<i>p</i>	0,518	0,076	0,003	< 0,001
Exposição da criança a conflitos	<i>rho</i> de Spearman	-0,25	-0,15	-0,41	-0,42
	<i>p</i>	0,009	0,115	< 0,001	< 0,001
Sabotagem coparental	<i>rho</i> de Spearman	-0,36	-0,18	-0,33	-0,30
	<i>p</i>	< 0,001	0,062	< 0,001	0,002

Quanto aos valores de correlação entre Coparentalidade e Coping Diádico, com base no coeficiente de correlação de Spearman (*rho*), foi encontrada uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre concordância na relação coparental e coping diádico próprio. Para os escores nas subescalas de suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro, e senso de proximidade (emocional) coparental na relação coparental foram observadas correlações positivas estatisticamente significativas para todos os fatores do instrumento de Coping Diádico. Os escores para divisão do trabalho apresentaram correlações positivas significativas para coping diádico conjunto e avaliação da capacidade

do casal de lidar com o estresse. No que se refere à exposição da criança ao conflito e problemas de sabotagem coparental foram observadas correlações positivas significativas para: coping diádico próprio, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal lidar com o estresse.

Tabela 6. *Correlação entre Regulação Emocional e Coparentalidade*

Escala de Auto Regulação Emocional		Coparentalidade						
		Concordância coparental	Suporte coparental	Apoio coparental	Proximidade coparental	Divisão do trabalho	Exposição da criança ao conflitos	Sabotagem coparental
Estratégias adequadas	<i>rho</i>	0.35	0.45	0.39	0.38	0.16	-0.19	-0.32
	<i>p</i>	< 0.001	< 0.001	< 0.001	< 0.001	0.113	0.050	< 0.001
Agressividade externalizada	<i>rho</i>	-0.35	-0.45	-0.39	-0.38	-0.16	0,19	0.32
	<i>p</i>	< 0.001	< 0.001	< 0.001	< 0.001	0.113	0,050	< 0.001
Pessimismo	<i>rho</i>	-0.30	-0.27	-0.31	-0.26	-0.19	0.35	0.32
	<i>p</i>	0.002	0.005	0.001	0.008	0.050	< 0.001	< 0.001
Paralisação	<i>rho</i>	-0.26	-0.05	-0.12	-0.15	-0.25	0.21	0.15
	<i>p</i>	0.008	0.596	0.207	0.130	0.010	0.034	0.137

Quanto aos valores de correlação entre subescalas da Escala da Relação Coparental e o instrumento de Regulação Emocional com base no coeficiente de correlação de Spearman *rho*, foram observados correlações negativas estatisticamente significativas, mas de baixa magnitude envolvendo o uso de estratégias de enfrentamento adequadas com as variáveis exposições da criança a conflito entre os pais e sabotagem coparental. Além disso, foram observados correlações positivas e estatisticamente significativas para: concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e proximidade (emocional) coparental, variando entre $rho = 0,35$ e $0,45$.

Os escores para agressividade externalizada apresentaram correlação positiva estatisticamente significativas para: exposição da criança ao conflito e sabotagem coparental ($\rho = 0,19$ e $0,32$). Além disso, foi observado correlação negativa significativa para: concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e proximidade (emocional) coparental, variando entre $\rho = - 0,35$ e $- 0,45$.

O uso de estratégias envolvendo pessimismo estava negativamente correlacionado com: concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e divisão do trabalho, variando entre $\rho = - 0,25$ e $- 0,30$. Ademais, foi observado correlações significativas positivas para: exposição da criança ao conflito e sabotagem com $\rho = 0,35$ e $0,32$ respectivamente.

Os escores para paralisação apresentaram correlação positiva estatisticamente significativa para exposição da criança a conflitos, com $\rho = 0,20$ e correlação negativa significativa para divisão do trabalho com $\rho = - 0,25$.

5. DISCUSSÃO

Na presente pesquisa, o objetivo geral foi de descrever como o uso de habilidades de regulação emocional podem estar relacionadas com a construção da relação coparental. Os resultados desta pesquisa ajudam a entender a dinâmica dos casais brasileiros que vivem uma relação coparental e como manejam as suas emoções frente a prole e o seu cônjuge.

Em relação ao objetivo do estudo, visando verificar as relações entre habilidades de regulação emocional, habilidades de coping diádico e a qualidade da relação coparental, foi observado que: (a) os participantes relataram uso significativamente maior de estratégias adequadas e menor uso de agressividade externalizada no que se refere às estratégias de regulação emocional; (b) ao analisar o coping diádico, os participantes relataram maior uso de avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse e menos coping diádico próprio;

(c) no que se refere à coparentalidade, os participantes relataram o uso significativamente maior de apoio e menor uso da sabotagem coparental.

Dentre os principais achados, destaca-se, inicialmente, a relevância da regulação emocional (estratégias adequadas, agressividade externalizada e pessimismo) em relação ao coping diádico (coping diádico próprio, coping diádico do parceiro, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse).

Foi observado que o emprego de estratégias adequadas de regulação emocional, apresenta-se como um fator significativo para o fortalecimento do coping diádico próprio, coping diádico conjunto e da avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. Isso porque o uso de estratégias apropriadas de regulação emocional configura-se como fator importante na interação do casal, e auxiliam na modulação das emoções do indivíduo conforme o contexto e suas demandas (Barreto & Boeckel, 2019).

Considera-se que uma estratégia de regulação emocional é adequada para o contexto quando são utilizadas de maneira flexível e impactam comportamentos que estão alinhados com os objetivos do indivíduo, implicando em um processo de regulação emocional adaptativo. Por outro lado, quando o indivíduo se utiliza de estratégias de regulação emocional que não modificam a resposta emocional de maneira desejada, o processo de regulação emocional é considerado desadaptativo (Barreto & Boeckel, 2019).

Dentre as ações que compõem estratégias adequadas de regulação emocional incluem: reavaliação positiva da situação, prática de autocontrole, busca de apoio pessoal, entre outros. Assim, ao adotar práticas que promovam uma gestão adaptativa das emoções, cada membro da díade coparental não apenas desenvolve habilidades individuais, mas também potencializa a capacidade de colaboração mútua, criando um ambiente propício para uma coparentalidade mais estável e equilibrada (Canelas, 2019; Rolhas, 2016).

Já a agressividade externalizada está associada ao enfraquecimento do coping diádico próprio, coping diádico do parceiro e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. A expressão de agressividade de forma externa pode adotar diferentes formas, logo, é crucial reconhecer a variabilidade desses comportamentos, que podem se manifestar de maneira mais ou menos intensa (Canelas, 2019). Algumas ações comuns que exemplificam a agressividade externalizada incluem a agressão física, que envolve o uso de força direta, tais como socos e empurrões, a agressão verbal, que se manifesta via palavras ofensivas e ameaças, e comportamentos destrutivos, como danificação de objetos ou propriedades como expressão de raiva. Tais ações geram tensão emocional nas figuras parentais, e, conseqüentemente, conduzem a práticas parentais desadequadas (Canela, 2019; Leahy et al., 2013).

Além disso, o debilitamento do enfrentamento por parte do parceiro pode ocorrer devido ao impacto emocional e, por vezes, físico, da agressividade externalizada. Isso ocorre porque um ambiente de estresse e tensão influencia na capacidade de ambos os parceiros colaborarem eficazmente na gestão das adversidades (Fidelis et al., 2022; Silva & Ponciano, 2022). A avaliação da capacidade do casal para enfrentar o estresse também é comprometida, uma vez que a agressividade externalizada frequentemente corrobora para um ambiente conflituoso, prejudicando a comunicação e a parceria entre o casal. Em última análise, essa associação negativa sugere que a agressividade externalizada pode representar um desafio significativo para o fortalecimento e a resiliência das relações interpessoais.

O pessimismo, por sua vez, impacta negativamente o coping diádico próprio, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. A tendência de concentrar a atenção nas dificuldades, imaginar constantemente cenários desfavoráveis e cultivar expectativas de fracasso compõem algumas das ações que podem ser associadas ao pessimismo (Leahy et al., 2013, Santos & Faro, 2019). Nesse sentido, o pessimismo, como

uma estratégia desadaptativa da regulação emocional, afeta a perspectiva individual de cada parceiro e impacta diretamente os mecanismos de enfrentamento pessoal, tornando-os menos eficazes diante dos desafios inerentes à criação conjunta dos filhos (Fidelis et al., 2022). Dessa forma, quando um dos pais adota uma visão pessimista, a capacidade de lidar com situações estressantes de forma construtiva é prejudicada, dificultando a resolução eficiente de conflitos e a gestão compartilhada das responsabilidades parentais .

Além disso, o pessimismo influencia o coping diádico conjunto, ou seja, as estratégias de enfrentamento adotadas em conjunto pelo casal na coparentalidade, especificamente. Uma mentalidade pessimista pode comprometer a colaboração, levando a desentendimentos frequentes, comunicação inadequada e, em última instância, prejudicando a eficácia das estratégias coparentais para lidar com desafios familiares (Silva & Ponciano, 2022). A avaliação da capacidade do casal de enfrentar o estresse também é diretamente afetada pelo pessimismo. Quando ambos os parceiros mantêm uma visão negativa sobre sua capacidade de superar dificuldades, a confiança mútua pode ser abalada, minando a base necessária para uma coparentalidade resiliente e saudável (Silva & Ponciano, 2022). Portanto, no contexto da coparentalidade, combater o pessimismo torna-se essencial para promover um ambiente favorável e colaborativo, possibilitando uma abordagem mais eficaz na resolução de problemas e na construção de relacionamentos parentais sólidos.

Neste mesmo estudo, destaca-se a relevância da coparentalidade (concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro, proximidade (emocional) coparental, divisão do trabalho, exposição da criança ao conflito e sabotagem coparental) em relação à sua correlação com o coping diádico (coping diádico próprio, coping diádico do parceiro, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse).

Em relação à concordância coparental, foi observado que essa variável está positivamente relacionada com o coping diádico próprio. A concordância coparental, caracterizada pela cooperação e alinhamento entre os pais na criação dos filhos, pode contribuir para um ambiente mais estável e previsível para a criança (Frizzo et al., 2005; Fidelis et al., 2022). Essa atmosfera positiva pode reduzir o estresse percebido pelos pais, além de fortalecer seu repertório individual de estratégias de enfrentamento individual, ou coping diádico próprio. Nesse sentido, a cooperação entre os pais não só gera apoio mútuo, mas também melhora a compreensão entre eles. Isso tudo porque o apoio e compreensão mútuos podem ter um impacto positivo no bem-estar emocional dos pais, fortalecendo sua habilidade de lidar com os desafios da coparentalidade (Fidelis et al., 2022).

Além disso, a concordância coparental tem relação positiva com a comunicação aberta e a resolução conjunta de problemas, aspectos essenciais para desenvolver estratégias de coping eficazes (Rolhas, 2016). O apoio emocional e prático que acompanha a concordância coparental cria uma base sólida para os pais enfrentarem as demandas diárias da criação dos filhos de maneira mais adaptativa e resiliente. Logo, incentivar a concordância coparental não apenas beneficia a relação entre os pais, como também contribui positivamente para o desenvolvimento das habilidades individuais de enfrentamento, para um ambiente familiar mais harmonioso (Fidelis et al., 2022). Observa-se que quando há um suporte sólido na coparentalidade, expresso através do apoio coparental, do respaldo na parentalidade do parceiro e da proximidade na parceria parental, pode haver um impacto positivo no fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento individuais, do enfrentamento do parceiro, do enfrentamento conjunto e na avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse.

Cabe ressaltar que o coping diádico próprio, coping diádico do parceiro, coping diádico conjunto e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse estão

relacionados com o suporte recebido do parceiro coparental, apoio à parentalidade do parceiro e a proximidade (emocional) coparental. O suporte coparental, ao ser proporcionado de maneira efetiva, cria um ambiente emocionalmente sustentador para os pais, promovendo uma maior sensação de competência e segurança na parentalidade. Canelas (2019) aponta que o escasso suporte interparental preconiza efeitos negativos no funcionamento do outro membro do casal, sobretudo: percepções e sentimentos de desvalorização de si próprio em relação às suas competências parentais; falta de liberdade ou condicionamento em determinados aspectos da sua vida enquanto mãe/pai. Assim, o suporte coparental não apenas contribui para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento individuais, podem afetar a capacidade do casal de lidar com os desafios inerentes à criação dos filhos, que por sua vez, pode contribuir para o apoio mútuo entre os parceiros e maior senso de proximidade (emocional) coparental (Santos, 2018; Rolhas, 2016).

O apoio à parentalidade do parceiro desempenha um papel crucial, pois implica no suporte mútuo entre os pais em suas funções parentais (Cunha et al., 2022). Quando ambos os parceiros lidam com suas emoções próprias, e ainda colaboram com o parceiro, enfrentamento individual e do parceiro, essas habilidades ajudam no estabelecimento de um ambiente favorável para enfrentar as demandas da coparentalidade, de forma que se sentem apoiados e valorizados em suas responsabilidades parentais (Fidelis, 2022). A proximidade (emocional) coparental, que se refere à qualidade da relação e cooperação entre os pais na criação dos filhos, também está intrinsecamente ligada ao fortalecimento do enfrentamento conjunto. Cunha et al., (2022) ainda sugerem que uma comunicação aberta, confiança e colaboração na parceria parental contribuem para estratégias conjuntas mais eficazes na gestão das complexidades inerentes à coparentalidade.

Foi observado que a divisão do trabalho está relacionada com o coping diádico conjunto e com a avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. Esta constatação

ressalta a importância de questões de regulação emocional individuais e diádicas na dinâmica da coparentalidade (Silva & Ponciano, 2022). A distribuição eficaz das responsabilidades parentais não apenas decorre de um enfrentamento conjunto mais robusto, mas como também de uma percepção geral do casal sobre sua aptidão para lidar com as pressões e desafios cotidianos associados à criação dos filhos. Quando as tarefas parentais são divididas de maneira equitativa e colaborativa, os parceiros têm a oportunidade de compartilhar não apenas as responsabilidades práticas, mas também as experiências emocionais relacionadas à coparentalidade (Silva & Ponciano, 2022; Rolhas, 2016; Santos, 2018). Essa colaboração na divisão do trabalho, ao longo do tempo, tem potencial para contribuir no fortalecimento das estratégias de enfrentamento conjuntas, uma vez que ambos os pais se sentem apoiados e engajados na jornada da parentalidade.

Além disso, uma divisão do trabalho eficiente pode ser influenciada positivamente pela avaliação dos parceiros da capacidade do casal de lidar com o estresse. Para além disso, a sensação de equidade e cooperação na execução das tarefas cria um ambiente mais harmonioso e resiliente, permitindo que os parceiros enfrentem conjuntamente os desafios emocionais e práticos da coparentalidade (Silva & Ponciano, 2022; Santos, 2018). Nesse sentido, a capacidade do casal de enfrentar de forma eficaz o estresse na complexa jornada da coparentalidade, pode contribuir para uma melhor divisão do trabalho, segundo as possibilidades do casal, de forma que lidam com as questões práticas, e as questões emocionais.

Cabe ressaltar que a exposição da criança ao conflito e o uso da sabotagem coparental parecem ser influenciados por dificuldades na relação diádica em termos de coping diádico próprio, coping diádico conjunto, e avaliação da capacidade do casal de lidar com o estresse. Esses elementos destacam a influência negativa que as estratégias de enfrentamento individuais e compartilhadas, bem como na avaliação geral da habilidade do casal para

enfrentar as pressões associadas à criação dos filhos, podem ter sobre a ocorrência de conflitos e práticas de sabotagem na relação coparental. Ainda que estes eventos desencadeiem uma intensa experiência emocional, o uso de estratégias adequadas de regulação emocional permite que o sujeito interaja com seu ambiente de maneira adaptativa (Barreto & Boeckel, 2019; Gross, 2015).

Quando a criança é exposta a conflitos entre os pais ou a comportamentos de sabotagem coparental, isso pode gerar um ambiente emocionalmente desafiador para ela. Tendo em vista que a família é o primeiro contexto de socialização da criança, as dificuldades na regulação emocional parental têm impacto sobre a regulação emocional e comportamental infantil, as quais são fatores importantes para o desenvolvimento geral da criança (Cunha, 2022). A percepção e absorção dessas dinâmicas impactam diretamente o desenvolvimento socioemocional da criança, uma vez que ela pode encontrar dificuldades em desenvolver habilidades eficazes para lidar com suas próprias emoções e reações diante do ambiente conflituoso (Silva & Ponciano, 2022; Santos, 2018).

Canelas (2019) pontua que condutas agressivas e negligentes, quando expressas pelos pais nas relações interpessoais com os familiares, se revelam prejudiciais ao nível de comportamentos de externalização dos filhos, pois expõem a criança a situações de instabilidade emocional. Além disso, a sabotagem coparental pode refletir dificuldades no uso de estratégias de coping diádico conjunto entre os pais. A falta de colaboração e apoio mútuo na criação dos filhos pode levar a uma incapacidade compartilhada de enfrentar eficazmente os desafios, resultando em uma resposta conjunta menos adaptativa às pressões da coparentalidade (Cunha et al., 2022). Além disso, Canelas (2019) aponta que a falta de cooperação parental denota problemáticas como a instabilidade emocional e a sensação de isolamento social

A avaliação da capacidade positiva do casal para lidar com o estresse está associada com uma menor frequência de exposição da criança ao conflito e a sabotagem coparental, aos quais criam um ambiente desfavorável para o desenvolvimento socioemocional da criança (Silva & Ponciano, 2022). Quando a confiança na capacidade mútua de enfrentar as adversidades é comprometida, isso impacta o equilíbrio emocional do casal diante dos desafios inerentes à parentalidade compartilhada, como apontado por Fidelis et al., (2022) e Santos (2018). Portanto, esses resultados apoiam a compreensão que as habilidades de regulação emocional conjunto influenciam na construção de um ambiente coparental saudável, onde a exposição da criança ao conflito e a sabotagem sejam minimizadas. Assim, na prática, profissional em psicologia com casais com filhos, parece pertinente o esforço para fortalecer tanto o coping individual quanto o conjunto, bem como a avaliação positiva da capacidade do casal para enfrentar o estresse (Silva & Ponciano, 2022).

Ainda no escopo desta pesquisa, destaca-se, a relevância da regulação emocional (estratégias adequadas, agressividade externalizada e pessimismo) em relação à sua correlação com a coparentalidade (concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro, proximidade (emocional) coparental, divisão do trabalho, exposição da criança ao conflito e sabotagem coparental). As estratégias de enfrentamento adequadas são relacionadas com maior concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e proximidade (emocional) coparental. Além disso, estratégias de enfrentamento adequadas são associadas com menor risco de exposição da criança ao conflito e a sabotagem coparental. Quando os pais adotam abordagens construtivas para lidar com os desafios, há uma maior probabilidade de encontrar soluções em comum acordo, fortalecendo o consenso nas decisões relacionadas à criação dos filhos (Silva & Ponciano, 2022).

O suporte coparental também é favorecido pelo uso de estratégias adequadas de enfrentamento, uma vez que essas práticas promovem um ambiente de compreensão e apoio emocional entre os pais (Santos, 2018; Silva & Ponciano, 2022). A baixa percepção de suporte coparental acarreta igualmente sentimentos de inquietude e receio relativamente à competência e eficácia no papel parental. Nesse sentido, a capacidade de enfrentar os desafios juntos fortalece os vínculos e cria uma base sólida para o suporte recíproco (Canelas, 2019). O apoio à parentalidade do parceiro é ampliado quando os pais aplicam estratégias de enfrentamento eficazes. Isso se traduz em um ambiente em que ambos os parceiros se sentem apoiados e valorizados em seus papéis parentais, promovendo uma parceria positiva na criação dos filhos (Costa et al., 2017; Cunha et al., 2022).

A proximidade (emocional) coparental é beneficiada, pois as estratégias de enfrentamento adequadas criam um espaço emocional seguro e colaborativo entre os pais. A capacidade de lidar com os desafios de maneira construtiva fortalece a conexão emocional, resultando em uma proximidade mais positiva e sustentável. Além desses benefícios, as estratégias de enfrentamento adequadas têm um papel crucial na redução do risco de exposição da criança ao conflito e à sabotagem coparental (Fidelis et al., 2022). Isso porque, ao escolher abordagens que promovem a resolução pacífica de conflitos, os pais criam um ambiente mais estável e seguro para o desenvolvimento socioemocional da criança, como apontado por Fidelis et al., (2022).

A expressão de agressividade externalizada no contexto coparental é uma variável crítica que merece uma análise cuidadosa. Nesse estudo, foi observado que a agressividade externalizada está associada com maior risco de exposição da criança a conflitos entre os pais e a sabotagem coparental. Além disso, a agressividade externalizada estava relacionada com menor concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e proximidade emocional coparental.

Quando os pais manifestam agressividade, seja verbal ou física, os relacionamentos familiares tornam-se carregados de tensão, criando um ambiente emocionalmente instável para a criança. Essa exposição precoce a conflitos pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento emocional e psicológico da criança (Costa et al., 2017; Cunha et al., 2022). Além disso, a agressividade externalizada está associada com menor concordância coparental. A incapacidade de lidar construtivamente com os desafios pode levar a discordâncias frequentes entre os pais, comprometendo a capacidade de trabalhar juntos na criação dos filhos. Isso resulta em uma dinâmica familiar desarmônica, afetando a estabilidade emocional dos filhos (Costa et al., 2017). Mosmann & Falcke (2011) ressaltam a importância em identificar os motivos mais frequentes desencadeadores de conflito entre os casais, para assim estarem atentos aos seus focos mais frequentes de desentendimentos. Tal fato ressalta a importância do uso de estratégias adequadas e adaptativas.

O suporte coparental também é impactado pela agressividade externalizada, pois a expressão de comportamentos agressivos muitas vezes prejudica a capacidade dos pais de oferecer apoio emocional mútuo. O ambiente hostil criado pela agressividade pode minar a confiança e a disposição para colaborar, prejudicando a coesão da família (Silva & Ponciano, 2022). O apoio à parentalidade do parceiro é comprometido pela agressividade externalizada, uma vez que a violência ou a hostilidade podem minar a capacidade de um parceiro apoiar o outro nas responsabilidades parentais (Costa, 2020; Cunha et al., 2022). Isso prejudica a coparentalidade positiva e a construção de uma parceria saudável na criação dos filhos.

Adicionalmente, a proximidade (emocional) coparental é afetada negativamente, pois a agressividade externalizada cria barreiras emocionais entre os pais. O ambiente carregado de hostilidade pode resultar em uma falta de intimidade e conexão entre os parceiros, prejudicando a qualidade das relações familiares de forma geral (Costa, 2020). Assim, a agressividade externalizada na coparentalidade não apenas representa um desafio para os

pais, mas também tem implicações substanciais para o bem-estar emocional e psicológico da criança (Machado & Mosmann, 2019).

O pessimismo, quando presente na dinâmica coparental, emerge como um fator menos forte que a agressividade externalizada, mas também influente, podendo impactar negativamente vários aspectos cruciais das relações familiares. Nesse estudo, foi observado que o pessimismo está associado com maior risco de exposição da criança a conflitos entre os pais e a sabotagem coparental. Além disso, o pessimismo está relacionado com escores mais baixos de concordância coparental, suporte coparental, apoio à parentalidade do parceiro e a divisão do trabalho. Os pais pessimistas tendem a interpretar as situações de forma mais negativa, o que pode intensificar os desentendimentos entre os membros dos casais, e consequentemente, e aumentar a frequência de situações nas quais a criança é exposta a um ambiente conflituoso e prejudicial (Costa, 2017; Fidelis et al., 2022).

Além disso, o pessimismo está associado a níveis menores de concordância coparental. Pais que adotam uma perspectiva pessimista podem ter dificuldade em encontrar pontos de acordo e em trabalhar colaborativamente na tomada de decisões relacionadas à criação dos filhos (Machado & Mosmann, 2019). A falta de investimento por parte de um pai ou mãe pessimista afeta a coesão familiar e a capacidade de estabelecer expectativas positivas para a criança. O suporte coparental também é afetado pelo pessimismo, uma vez que a falta de otimismo pode resultar em uma menor disposição para oferecer e receber apoio emocional entre os pais (Carvalho, 2020; Fidelis et al., 2022). Nesse sentido, o pessimismo influencia negativamente a capacidade de um parceiro apoiar o outro nas dificuldades cotidianas da coparentalidade.

O apoio à parentalidade do parceiro também é comprometido pelo pessimismo, pois a falta de confiança nas habilidades e intenções do outro pai pode levar a uma dinâmica desfavorável, minando a coparentalidade positiva. Assim, foi observado que o pessimismo

está associado com percepções mais negativas da divisão do trabalho entre os parceiros coparentais. Quando um dos pais apresenta pessimismo pode estar se sentindo sobrecarregado, desmotivado ou incapaz de contribuir de maneira equitativa das responsabilidades parentais, resultando em uma distribuição desigual das tarefas (Fidelis, et al., 2022).

Por fim, foi observado que a paralisação também está associada com dificuldades maiores na relação coparental, mas a força das correlações foi menor do que para a agressividade externalizada e o pessimismo. A paralisação está associada com maior risco de exposição da criança a conflitos parentais, e uma divisão do trabalho menos satisfatória (Fidelis et al., 2022; Cunha et al., 2022). A paralisação, caracterizada pela interrupção ou estagnação nas interações e de execução de responsabilidades coparentais, está intrinsecamente associada a consequências adversas. A paralisação aumenta o risco de exposição da criança a conflitos coparentais (Silva & Ponciano, 2022; Santos, 2018). Quando as interações entre os pais estão estagnadas, as tensões não resolvidas e os desentendimentos latentes têm maior probabilidade de se manifestar, criando um ambiente emocionalmente negativo para a criança (Costa, 2020). A falta de comunicação efetiva pode resultar em confrontos mais intensos, expondo a criança a conflitos que poderiam ser evitados ou mitigados com uma abordagem coparental mais ativa. Ressalta-se, ainda, que a autorregulação é fundamental para a adaptação e o desenvolvimento humanos nos diferentes contextos de interação, onde os pais são importantes correguladores dos filhos (Cunha et al., 2022).

Além disso, a paralisação implica diretamente na diminuição na participação dessa pessoa na divisão do trabalho entre os pais. A colaboração eficaz na criação dos filhos requer uma distribuição de responsabilidades práticas e socioemocionais que é funcional e bem-adaptada às possibilidades dos membros do casal, considerando não somente os

cuidados diários, mas especialmente as decisões educacionais e gestão das necessidades emocionais da criança. Quando a paralisação está presente, essa divisão do trabalho torna-se desigual ou inexistente, deixando um dos pais com a maioria das responsabilidades, comprometendo o trabalho em equipe, necessário para uma coparentalidade saudável e eficaz (Costa, 2020; Fidelis, et al., 2022). Logo, é importante abordar a paralisação na coparentalidade como uma questão que demanda intervenção. Estratégias para reativar a comunicação, resolver conflitos pendentes e restabelecer uma divisão equitativa de responsabilidades são essenciais para promover um ambiente familiar mais estável, fortalecendo a colaboração entre os pais, e reduzindo os riscos de exposição da criança a situações de falta de responsividade, negligência, ou até mesmo de conflito (Fidelis, et al., 2022).

Diante dos resultados observados e considerando a importância geral de habilidades de regulação emocional, ressaltamos a necessidade de entender os efeitos positivos e negativos da forma como os pais lidam com as emoções que surgem em contextos envolvendo interações com o seu parceiro coparental. Para Barreto e Boeckel (2019), a regulação emocional desadaptativa tem efeitos negativos na autonomia do indivíduo, probabilidade de receber apoio do parceiro coparental e na formação de relacionamentos familiares estáveis e de boa qualidade. Por outro lado, o uso da capacidade de regular as emoções relaciona-se com um bom desempenho na profissão (importante para o sustento para família), diminuição da experiência de emoções negativas, aumento da tolerância à frustração, melhor percepção do bem-estar e maior satisfação nos relacionamentos interpessoais (Barreto & Boeckel, 2019; Carvalho, 2020; Gross, 2013). Assim, a habilidade de regular emoções é fundamental para lidar com situações estressoras e emoções negativas em diversos contextos familiares (Barreto & Boeckel, 2019), e mais especificamente, com base nos resultados do presente estudo na relação coparental.

Algumas limitações desta pesquisa incluem o recrutamento que foi majoritariamente online, o que pode ter influenciado o perfil dos participantes. No presente estudo foi observado que a maioria dos participantes apresentava o seguinte perfil: heterossexuais, residentes no estado de São Paulo, de etnia branca (cerca de 75%) um valor aproximadamente 20% acima da porcentagem de brancos da população do estado (IBGE, 2023). Além disso, a renda dos participantes era igual ou superior a 3 a 6 salários mínimos (cerca de 50%), sendo que a média nacional é de até 2 salários mínimos (cerca de 67%) segundo o IBGE (2022). Nesse sentido, há que pontuar que o recorte de participantes tem uma super representação da população de pessoas brancas, como também, de pessoas com renda mais adequadas. Esse contexto de vida pode influenciar nos resultados observados, resultando em correlações mais fracas, por ser uma amostra com menor variabilidade do que existe na população brasileira de pessoas envolvidas em uma relação coparental. À medida que existem variações no uso de estratégia de regular emoções ligados a fatores culturais e rendas baixas, por exemplo, isso pode afetar o valor das correlações encontradas. Por exemplo, é provável que no presente estudo poucos dos participantes viviam em contextos nos quais estavam sendo expostos a fatores de risco, tais como deficiências alimentares, pouco acesso a serviços de apoio, condições de moradia pouco adequadas, entre outros (Cunha, 2022). Condições como estas, podem reduzir a possibilidade de colaborar com o parceiro diante de situações estressantes, para construir e manter uma relação coparental saudável durante a primeira infância do filho. Em pesquisas futuras, sugere-se que sejam pensados estratégias adicionais de recrutamento para, assim, alcançar diferentes públicos, para assim ter uma amostra mais representativa de pessoas envolvidas em uma relação coparental.

Apesar das limitações, os resultados obtidos neste estudo possibilitaram uma investigação inicial sobre as relações entre regulação emocional, estratégias de coping

diádico, que envolvem técnicas para gerenciar efetivamente a dinâmica coparental. A análise do uso das estratégias de regulação emocional no contexto da coparentalidade permitiu uma compreensão mais profunda dos mecanismos que influenciam o equilíbrio emocional entre os pais. Diante disso, os resultados obtidos neste estudo podem incentivar outros pesquisadores a obterem mais informações sobre as relações entre habilidade de regulação emocional, coping diádico e qualidade da relação coparental, bem como o desenvolvimento de intervenções para promover o uso de habilidades socioemocionais no contexto familiar. Com base em uma literatura de pesquisa brasileira e internacional mais consolidada, será possível desenvolver iniciativas brasileiras para expandir as práticas profissionais de psicólogos, na área de saúde pública, como a elaboração de programas de psicoeducação sobre questões de regulação emocional, nos contextos coparental, conjugal e parental.

Ao longo da construção da relação coparental, a capacidade de cada parceiro usar diferentes habilidades socioemocionais nesse contexto vai evoluindo em resposta às demandas enfrentadas. Algumas dessas demandas que costumam gerar desgaste na relação coparental são previsíveis (por ex., levantar durante a noite para cuidar do filho), o que permite a elaboração de programas visando ajudar os futuros pais a se preparem enquanto equipe, para lidar com suas próprias necessidades socioemocionais, bem como as demandas práticas e socioemocionais de seu filho. Uma das principais estratégias para ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades socioemocionais é a educação em saúde.

Espera-se que programas de intervenção fundamentadas em evidências sobre habilidades individuais e interpessoais que afetam a construção da relação coparental, tais como habilidades de regulação socioemocional e coping diádico, possam ser úteis, por ficarem em variáveis modificáveis e pertinentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, podemos concluir que o presente estudo permitiu investigar as relações entre habilidades de regulação emocional, habilidades de coping diádico e a qualidade da relação coparental entre pais brasileiros com filhos de até 6 anos. Os resultados obtidos neste estudo auxiliam a entender as relações entre o uso de habilidades de regulação emocional, o coping diádico e a relação coparental. Os resultados demonstram a importância do uso de estratégias adequadas de regulação emocional, e como o uso de agressividade externalizada pode trazer efeitos negativos para o casal. Foi observado também que as estratégias de coping diádico do parceiro são importantes para manutenção do relacionamento, e se relaciona com o coping diádico próprio. Além disso, o apoio à parentalidade do parceiro se mostra como uma estratégia importante para valorização do parceiro e manutenção do relacionamento. As limitações deste estudo apontam para um recrutamento com estratégias mais variadas, a fim de ter uma amostra mais representativa. Já após estudos adicionais, espera-se que os resultados obtidos possam auxiliar no desenvolvimento de programa de psicoeducação fundamentados em evidências sobre regulação emocional.

REFERÊNCIAS

- Arsego, J. T., & Morales, B. de S. V. (2018). Gerenciamento do estresse no casamento, através de um programa de intervenção para casais heterossexuais com técnicas de manejo do estresse e estratégias de coping (enfrentamento). *Temas em Educação e Saúde*, 14(1), 82–97. <https://doi.org/10.26673/rtes.v14.n1.2018.10994>
- Barreto, J. B. V., & Boeckel, M. G. (2019). Regulação emocional e conjugalidade: vivência de pais com filhos internados em Unidade de Terapia Intensiva. *Contextos Clínicos*, 12(1), 342-372. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v12n1/v12n1a15.pdf>
- Bodenmann, G. (1997). Dyadic coping: A systemic-transactional view of stress and coping among couples: Theory and empirical findings. *European Review of Applied Psychology / Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 47(2), 137–141. <https://psycnet.apa.org/record/1997-43680-005>
- Bueno, J. M. H. (2013). Construção e validação de um instrumento para avaliação da regulação emocional. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4 (2),186-200. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v4n2/a05.pdf>
- Caetano, A. B. D. J. R. (2020). Preocupações maternas em primíparas durante os primeiros 6 meses de pós-parto.[Dissertação de Doutorado, Universidade de Porto]. Repositório da Universidade de Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129636/2/425883.pdf>.
- Canelas, A. I. M. (2019). A relação entre coparentalidade e stress parental. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <https://rdpc.uevora.pt/handle/10174/25586>
- Carvalho, T. R., Barham, E. J., Souza, C. D. de, Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Adaptação Transcultural de um Instrumento para Avaliar a Coparentalidade:

- Coparenting Relationship Scale. *Psico-USF online*, 23(2), 215-227
<https://doi.org/10.1590/1413-82712018230203>.
- Carvalho, T. R. (2020). Coparentalidade: evidências teoricamente fundamentadas para validar a Escala da Relação Coparental. [Dissertação de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos] Repositório da Universidade Federal de São Carlos.
https://ppgpsi-ufscar.com.br/images/arquivos/teses-defendidas/Tese_ThaisRamosDeCarvalho.pdf
- Costa, P. A. Garcia, I. Q., Tasker, F., Leal, I. (2020). Adaptação das versões completa e breve da Escala de Relação Coparental (ERC) em uma amostra comunitária de pais e mães portugueses. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 34(1), 236-248.
<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/1598>
- Costa, C. B., Machado, M. R., Schneider, M. C., & Mosmann, C. P. (2017). Subsistema coparental: revisão sistemática de estudos empíricos. *Psico*, 48(4), 339-351.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/25386>
- Cunha, A. C. B., Maffazioli, A. C., & Albuquerque, K. A. (2022). Relações entre regulação emocional parental e desenvolvimento dos filhos. *Saúde e Desenvolvimento Humano*, 10(3).
https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/7299
- Dancey, C.P., & Reidy, J. (2018). Estatística sem Matemática. Porto Alegre, RS: Artmed
- Delfino, J. L. (2023). A adaptação ao câncer em casais brasileiros [Monografia da Universidade Federal de São Carlos]. Repositório da Universidade Federal de São Carlos.
https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17519/Monografia_Julia%20Delfino.pdf?sequence=5&isAllowed=y
- Del Prette, Z. A.; Del Prette, A. (2018). Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático. Petrópolis: Vozes.

- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parent: Science and Practice*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parent: Science and Practice*, 12(1), 1-21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Hostetler, M. L., Roettger, M. E., Paul, I. M., & Ehrenthal, D. B. (2016). Couple-Focused Prevention at the Transition to Parenthood, a Randomized Trial: Effects on Coparenting, Parenting, Family Violence, and Parent and Child Adjustment. *Society for Prevention Research*, 17(6), 751-764. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0674-z>
- Fidelis, D., Heinen, M., Pereira Mosmann, C., Falcke, D., & Rodrigo Schaefer, J. (2022). Relações entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade em famílias com crianças. *Cadernos de Psicologia*, 2(2), 16. <https://cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/120>
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Journal of Human Growth and Development*, 15(3), 84-93. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300010&lng=pt&tlng=pt.
- Gondim, S. M. G., Pereira, C. R., Hirschle, A. L. T., Palma, E. M. S., Alberton, G. D., Paranhos, J., Santana, V., & Ribeiro, W. R. B. (2015). Evidências de validação de uma medida de características pessoais de regulação das emoções. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(4), 659-667. <https://www.scielo.br/j/prc/a/ff6pnWpJpsCmtncQpXnSjBq/?format=html&lang=pt>

- Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. *Psychological Inquiry*, 26, 1-26. <http://dx.doi.org/10.1080/1047840X.2014.940781>
- Guerra, L.L.L. (2022). Programa de Intervenção em Coparentalidade para Casais em Transição para a Parentalidade. [Dissertação de Doutorado não publicada], Universidade Federal de São Carlos.
- Guttman, M., Mowder, B. A., & Yasik, A. E. (2006). The ACT Against Violence Training Program: a preliminary investigation of knowledge gained by early childhood professionals. *Professional Psychology: Research and Practice*, 37(6), 717-723. <http://dx.doi.org/10.1037/0735-7028.37.6.717>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2022). PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2023). Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>
- Leahy, R. L; Tirch, D. & Napolitanos, L. A. (2013). Regulação emocional em psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental. Tradução: Ivo Haun de Oliveira. Porto Alegre: Artmed
- Levin, J., & Fox, J. A. (2004). Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Machado, M. R. M. & Mosmann, C. P. (2019). Dimensões negativas da coparentalidade e sintomas internalizantes: A regulação emocional como mediadora. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe12>

- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3- 21. <https://doi.org/10.1037//0893-3200.15.1.3>
- Mayer, J. D., Salovey, P. (1997). What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), *Emotional development and emotional intelligence: Implications for educators* p. 3-31. New York: Basic Books.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP, 12*(2), 5-16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Mourão, D. S. C. R. (2021). O papel da coparentalidade na parentalidade consciente. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/96537>.
- Noronha, A. P. P., Baptista, M. N. & Batista, H. H. V. (2018). Construção e estudos psicométricos da Escala de Autorregulação Emocional – Versões Adulto e Infanto-Juvenil. Relatório técnico não publicado. Itatiba: Universidade São Francisco.
- Oliveira, P. V.; Muszkat, M. (2021). Revisão integrativa sobre métodos e estratégias para promoção de habilidades socioemocionais. *Revista Psicopedagogia*. [online], 38(115), 91-103. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862021000100009&lng=pt&nrm=iso.
- Peixoto, I., Muniz, M., Miguel, F. K., & Bueno, J. M. H. (2019). Evidências de validade para o teste de compreensão emocional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 71*(3), 184-199.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000300014.

Rolhas, R. A. D. C. (2016). Satisfação conjugal, coping diádico e funcionamento familiar-contributo para a geometria de famílias intactas e reconstruídas (Doctoral dissertation). https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28163/1/ulfpie051272_tm.pdf

Salovey, P., & Mayer, J. D. (1990). Emotional intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9, 185-211.
<https://journals.sagepub.com/doi/10.2190/DUGG-P24E-52WK-6CDG>

Santos, C. A. R. D. (2018). O impacto do envolvimento paterno e dos estilos parentais nas relações de coparentalidade: um olhar sobre a parentalidade. [Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório da ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19944/4/master_carolina_rodrigues_santos.pdf

Santos, L., & Faro, A. (2019). Otimismo: Teoria e Aplicabilidade para a Psicologia. *Revista Psicologia e Saúde*. <https://doi.org/10.20435/pssa.v0i0.898>

Shonkoff, J. P., Richter, L., van der Gaag, J., & Bhutta, Z. A. (2012). An integrated scientific framework for child survival and early childhood development. *Pediatrics*, 129(2), 460-472. <https://doi.org/10.1542/peds.2011-0366>

Silva, L. F. D., & Ponciano, E. L. T. (2022). Estresse, coping e bem-estar na conjugalidade e na parentalidade: uma revisão narrativa. *Pensando Famílias*, 26(1), 121-136.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2022060000009&lng=pt&tlng=pt.

Teixeira, P. S. M. (2020). Coparentalidade, estilos de autoridade parental e a regulação

emocional. [Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa - Luís de Camões]. Repositório da Universidade Autónoma de Lisboa.

<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5197/1/Patri%cc%81cia%20Teixeira.pdf>.

Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, v. 11, n. 3, p. 165-178.

<https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>

Vedes, A., Nussbeck, F., Bodenmann, G., Lind, W., & Ferreira, A. (2013). Psychometric Properties and Validity of Dyadic Coping Inventory in Portuguese. *Swiss Journal of Psychology*, 72(3), 149-157. <https://doi.org/10.1024/1421-0185/a000108>.

Vilela, A. L. (2019). Coparentalidade e depressão em casais durante a gravidez. Universidade de Minho. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da

Universidade do Minho. Recuperado em 27 de setembro de 2022, de

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/61238/1/Tese%2bfinal%2bAurora%2b25%2bjunho.pdf>.

Yan, J., Han, z., & Li, P. (2016). Intergenerational transmission of perceived bonding styles and paternal emotion socialization: Mediation through paternal emotion dysregulation.

Journal of Child & Family Studies, 25(1), 165–175.

<https://doi.org/10.1007/s10826-015-01>